

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FREDERICO CUSTODIO PINHEIRO DA SILVA

APRISIONADOS EM PÁGINAS:

DISCURSO ACERCA DOS INDÍGENAS NO BOLETIM DO INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ (1918-2010).

CURITIBA
2016

FREDERICO CUSTODIO PINHEIRO DA SILVA

APRISIONADOS EM PÁGINAS:

DISCURSO ACERCA DOS INDÍGENAS NO BOLETIM DO INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ (1918-2010).

Trabalho apresentado ao
Departamento de História da
Universidade Federal do Paraná, como
avaliação parcial para a obtenção do
título de licenciado e bacharel em
História. Elaborado sob orientação da
Prof.^a Dr.^a Martha Daisson Hameister.

CURITIBA

2016

Agradecimentos

Gostaria de agradecer meus pais Sonia e Joel pelo apoio que me deram quando decidi cursar História. “– *Mas não era informática?*” perguntavam, até era, porém a vontade de conhecer as engrenagens do mundo, em vez das do computador, me fizeram realizar essa mudança. Muito obrigado pelo apoio durante todos esses anos no qual eu aproveitei a vida de universitário, quase um *American Pie*, só que não.

Agradeço imensamente, com grandessíssima gratidão, a professora Martha, que me aguentou durante esses anos todos. Muito obrigado pela paciência comigo e com o meu ritmo, muito obrigado pelos conselhos e risadas que compartilhamos durante e depois das viagens que fizemos. Agradeço também ao Hilton que deu a dica primordial para a realização deste trabalho.

Aos meus colegas dedico grande parte desse trabalho e da realização, com alguns tropeços, do curso de História. Eu fui premiado ao poder compartilhar meus anos de universidade com o GRR mais legal de todos. Fui muito feliz ao lado de todos vocês. Um grito mais alto para Bruna e Leslie que me acompanharam e proveram valioso suporte das horas de necessidade. Aos outros colegas e amigos do 2012 agradeço por terem formulado a festa mais legal do universo, com o nome mais descolado de todos e realizarem comigo muitas coisas que certamente irão ser contadas para os meus netos, eu espero.

Agradeço também ao CEDOPE, que me acolheu com sua miríade de computadores e um ótimo espaço para o desenvolvimento das zoeiras, digo das pesquisas de mais alto nível e um bebedouro sempre munido de água mineral que nos hidratou e poupou a caminhada até o bebedouro do sétimo andar, agradeço também por ceder um funcionário para ser nosso consultor da zoeira. Brincadeira, André, agradeço imensamente o seu suporte e conselhos acerca dessa coisa doida que é a academia. Minha gratidão para os colegas que participaram comigo do centro.

Aos amigos longe das doideiras da História é necessário registrar meu sincero agradecimento: a Yasmin, que colaborou sobremaneira para que esse

trabalho se concluísse. Ao Lucas, Bruna e Isadora, meus antigos amigos, sempre partilhando de sua alegria e força nos momentos bons e ruins, desde que me entendo por gente. A Thalita, Helen, Nit e outros que também fizeram parte dessa jornada me provendo, acima de tudo, com amizade sincera. Muito obrigado. Aos companheiros de bar, todos eles, vocês também merecem meu obrigado, afinal boa parte da faculdade se realiza nesse espaço, por excelência, dedicado à atividade mental e da reflexão.

RESUMO

Este trabalho monográfico pretende analisar e discorrer sobre o discurso e as ideias propostas sobre os indígenas nas páginas do Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, entre os anos de 1918, primeiro ano de publicação do Boletim, até 2010, ano que marca os 110 anos do Instituto, criado em 24 de maio de 1900, e que marca o lançamento do 61º volume da publicação do Instituto. Agremiação acadêmica criada no último ano do século XIX, o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, IHGPR, tem seu embasamento teórico e metodológico semelhante ao do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, pois faz parte de um tipo de instituição, criada no início do segundo reinado, que visava a criação de uma história e memória nacional para o jovem Brasil. O IHGPR encontra seu mister na emulação, em escala local, dos objetivos e funções do IHGB, tendo seus esforços concentrados na formulação de memória, tradição e história para o Estado do Paraná, tão carente de identidade, como afirma Romário Martins, um dos fundadores do IHGPR. Sendo assim, utilizaremos as publicações deste Instituto para perceber o lugar do indígena na formação da história do Paraná, uma vez que a agremiação exercia de fato influência nessa escrita histórica, presente até hoje em alguns materiais didáticos acerca da história do Paraná.

Palavras-chave: IHGPR; história indígena; memória.

Sumário

Introdução.....	6
O ponta-de-lança: fundação da ciência histórica no Brasil e sua disseminação.	9
O bastião paranaense: em busca de uma formulação regional para a História.....	14
As vicissitudes compiladas: análise dos artigos.....	19
Conclusão.....	43
Referências Bibliográficas	50
Fontes.....	51

Introdução

Este trabalho destina-se a identificar e problematizar o discurso contido na publicação oficial do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, o Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, acerca das populações indígenas paranaenses ao longo do tempo. Agremiação acadêmica dedicada à pesquisa histórica relacionada ao estado do Paraná, fundada no ano de 1900, teve entre seus associados grandes nomes como Romário Martins, Sebastião Paraná, Emiliano Pernetta, Cândido de Abreu, entre outros. Intelectuais e pesquisadores que dedicaram-se a desenvolver dentro de sua instituição muitas pesquisas e artigos acerca das várias manifestações culturais paranaenses.

Formada nos moldes de outros institutos históricos presentes no Brasil desde a primeira metade do século XIX, o IHGPR tinha como seu objetivo principal reunir, compilar e estudar a documentação produzida no estado e acerca dele. Utilizariam o espaço do instituto para manter, de maneira regular, um espaço de discussão no qual as questões relevantes ao estado seriam discutidas, como a questão das fronteiras paranaense, disputadas por Santa Catarina e São Paulo.

É importante destacar a função que compartilha este grêmio dedicado aos estudos históricos com seus congêneres, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1938, a primeira organização deste tipo no Brasil: debater, depurar e cristalizar uma identidade para a nação brasileira. Criar um conjunto de memórias e tradições que juntas formem uma história passível de identificação para com a população, criando um sentimento de precedência, grupo e unidade para o povo brasileiro, que viviam em uma nação nova, recém-independente, com resquícios da antiga Família Real Portuguesa na figura de seus imperadores. Então, para que se evitasse uma ruptura no território nacional era de extrema importância a conclusão desse projeto identitário. Os institutos locais também se inseriam nessa jornada intelectual, porém de maneira mais localizada, formando identidades históricas regionais, que da mesma forma da formulação nacional vinha para promover a integração entre a população, criando um passado para que fosse compartilhado por

essas pessoas. No caso específico do IHGPR, este discurso era formado de maneira que concordasse e corroborasse com o projeto unitário e de identidade nacional desenvolvido neste contexto mais amplo. É neste contexto de produção da identidade regional, em conjunto com a consolidação da nacional, que busca-se analisar os discursos constantes no periódico da agremiação.

Esta pesquisa é fruto de uma transformação de outras ideias de investigação que acabaram não sendo levadas a cabo, situação muito comum na prática de pesquisa histórica. Em uma conversa com a professora orientadora e um colega doutor tivemos a ideia de investigar dentro do ambiente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná como era possível perceber a presença dos indígenas no estado do Paraná. Sendo assim, foi apresentada a oportunidade de pesquisar na publicação oficial do Instituto, focalizando os discursos contidos naqueles artigos sobre a população indígena paranaense.

A partir dessa definição do tema e da fonte de pesquisa seria necessário delimitar uma baliza temporal para encaixarmos essa problemática. Analisando os boletins disponíveis na sede do Instituto, localizado na esquina das ruas José Loureiro e Dr. Muricy, número 43, percebeu-se que não era possível olhar cada volume individualmente. Desse modo, utilizando um sumário presente no Boletim de número LXI, publicado no ano de 2010, edição de comemoração dos 110 anos da instituição que apresentava o título de todos os artigos publicados desde o início da edição do boletim em 1918, pude realizar uma triagem dos artigos. Após uma pré-seleção, fui aos boletins específicos dos artigos escolhidos e no final desse processo foram elencados 8 artigos para análise, distribuídos desde o início da publicação na década de 1910 até a primeira década dos anos 2000. Encontrou-se também dois volumes especiais do Boletim dedicados a temáticas relacionadas ao indígena. Inicialmente estes também seriam analisados, porém o grande volume de artigos já selecionado e o tempo escasso para a produção da pesquisa impossibilitaram esse desenvolvimento para a pesquisa.

Como técnica de pesquisa aplicada nesse estudo dos artigos presentes nos boletins escolhemos trabalhar com a análise do discurso. Através dessa

perspectiva poderíamos perceber as construções simbólicas presentes no texto, considerando o contexto de sua produção, quem foi o elaborador daquele discurso, qual a finalidade em sua produção e divulgação, fornecendo elementos para a realização de uma leitura crítica a esses documentos. Segundo Rosevics, na interpretação de Michel Pêcheux, a análise do discurso é vista

“(…)como uma forma interdisciplinar de reflexão das práticas dominantes, a partir de uma posição materialista do mesmo, estabelecendo uma relação transparente e direta entre linguagem e conhecimento”.¹

Sendo assim, o estudo dos artigos selecionados leva em consideração os autores dos textos, o contexto em que aparecem nos boletins e seus conteúdos. A partir desta análise conjunta e complementar será possível identificar o discurso dos participantes do Instituto e, conseqüentemente, dos grupos a que pertenciam.

¹ ROSEVICS, Larissa. O Instituto Histórico e Geographico Paranaense e a Construção de um imaginário regional. 2009. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Pg. 8.

O ponta-de-lança: fundação da ciência histórica no Brasil e sua disseminação.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, fundado em 1838 sob a égide da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, instituição de fomento criada em 1831, atuaria também sob os auspícios de D. Pedro II, vinculando a agremiação ao poder institucional do Império. Esta formação vincula ideologicamente o instituto aos poderes oficiais e a suas deliberações políticas e econômicas.² Desse modo, a produção do IHGB coligava-se à lógica do contexto em que se formava: a emancipação política do país, a necessidade de criar uma história para a jovem nação brasileira. Sendo assim, inventar uma memória (conceito clássico desenvolvido por Eric Hobsbawm) e tradições para esse país com meros 16 anos seriam o mister deste grêmio.³ Separar a antiga tradição colonial de sua nova configuração política e institucional, já que a casa imperial estava em processo de desvinculação com a antiga metrópole, fazendo necessário a formação de uma história condizente a este processo, pois “o imperador precisava dos historiadores para legitimar-se no poder”.⁴

Na argumentação de Geraldo Coelho, o Instituto era um aparelho ideológico de Estado, a partir de uma acepção althusseriana do conceito, afirmando que esse aparelho do Estado representa interesses, doutrinas e opiniões específicas dentro do universo político nacional. Consequentemente, os intelectuais do IHGB participam e estão ligados a essa classe política dominante na sociedade brasileira.⁵ Sendo os associados ao instituto parte de uma elite econômica e intelectual, ao encontrarem-se nesses espaços dominam-no e determinam, através de critérios relacionais quem poderia adentrar as fileiras de seu nicho intelectual. Considerando essas afirmações concordamos que o IHGB se revelaria como um organismo de âmbito restrito, privado, acessível somente aos intelectuais ligados à classe dominante do

² COELHO, Geraldo M. História e ideologia: o IHGB e a República (1889-1891). Belém: Universidade Federal do Pará, 1981. P. 19.

³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. P. 24.

⁴ REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. P. 25.

⁵ COELHO, Geraldo M. op. cit. p. 16.

Império, fechado a possíveis pretensões de intelectuais considerados menores, elementos dominados na organização do sistema social. O IHGB fazia da condição de classe o critério para a legitimidade de seus integrantes⁶, fornecendo quase uma nobilitação de seus associados, que como membros da elite se reconheciam e compartilhavam ideias, fazendo das fileiras do instituto seu nicho intelectual.⁷

Ponderamos ainda o aspecto centralizador imbuído na missão do IHGB. Inspirado no congênere francês, o *Institut Historique de Paris*, o instituto, a partir dos ideais positivistas de progresso e fazer científico baseado nos documentos, um processo de concentração de documentação, referente ao Brasil e suas regiões, visando acumular o maior volume de informações para garantir seu maior controle, manutenção e preservação. Há também os aspectos políticos desse tipo de ação, afinal ao ter em sua biblioteca os documentos necessários para o desenvolvimento da pesquisa histórica a instituição ganha gerência sobre quem acessa e o que se produz com esses documentos, imbuindo ainda mais a instituição de poder sobre a produção intelectual desenvolvida.⁸

Partindo dessa formação política e ideológica do IHGB, vamos analisar como se formava o discurso dentro dela e quais as influências destas nas agremiações históricas que surgem após a década de 1860. Era necessário que se formasse uma história oficial brasileira, baseando-se na matriz ideológica imperial corrente na época. Construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos.⁹ Sendo assim, um Brasil composto de raças miscigenadas, diferentes núcleos de povoação, diferentes atividades econômicas e diferentes realidades sociais, devido principalmente à relação entre os colonizadores e os nativos, como seria construída essa história nacional? Várias teorias, visões e interpretações

⁶ Idem, p. 21.

⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. op. cit., loc. cit.

⁸ ROSEVICS, Larissa. O Instituto Histórico e Geographico Paranaense e a Construção de um imaginário regional. 2009. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. P. 42.

⁹ Idem, p. 99.

se encontrariam dentro do IHGB. Algumas possibilidades discursivas para a interpretação acerca do Brasil diziam que a nação se fazia inviável devido à miscigenação racial. Modelos raciais deterministas como o monogenismo, poligenismo, darwinismo social e a teoria da evolução tinham muitos admiradores no interior do instituto. Entre seus membros mais destacados, nomeadamente Francisco Adolfo de Varnhagen, temos visões mais negativas e hostis da situação nacional e das atitudes que deveriam ser tomadas acerca da questão como a submissão total dos indígenas ao civilizador branco, a eliminação do componente negro da sociedade brasileira e também a eliminação das populações que estivessem impedindo ou atrasando o processo civilizatório e o progresso da nação.¹⁰ Apesar dessas posturas pessimistas e negativas, preponderou uma vertente otimista nas interpretações históricas do IHGB e outros institutos, considerando o modelo elaborado por Von Martius como base principal para interpretar a história brasileira, partindo da concórdia das três raças para a formação nacional¹¹, porém levando sempre em consideração o papel do branco como civilizador, ao índio o papel de potencial civilizado se, é claro, despisse de suas iniquidades e, com a ajuda do branco, recuperasse a sua dignidade original e elevá-lo à civilização, ao negro restava o papel de empecilho para o desenvolvimento da nação, lembrança perene do erro da introdução da escravidão negra no país.¹²

Tendo em vista essas interpretações acerca da produção do IHGB no contexto do século XIX, podemos ponderar sobre a produção de outras instituições congêneres ao instituto carioca. Lilia Moritz Schwarcz analisa como se configura esta produção no Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco e também no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Estas análises fornecem alguns parâmetros para auxiliar na interpretação da produção do IHGPR posteriormente. A autora destaca que a agremiação pernambucana é o segundo instituto histórico formado no Brasil, fundado no ano de 1862, e o primeiro formado no Nordeste, e simboliza, segundo a pesquisadora “ás aspirações políticas e culturais da província pernambucana”¹³

¹⁰ Idem, p. 107.

¹¹ Idem, p. 137.

¹² Idem, p. 112.

¹³ Idem, p. 118.

compartilhando dos mesmos princípios do IHGB de preservar a documentação e os monumentos da história relevantes para a elaboração de uma narrativa histórica brasileira. Documentos que também fossem relacionadas às províncias que formavam a antiga capitania de Pernambuco, contribuindo para a preservação da história da região e inserindo-a no contexto histórico nacional. Assim sendo, o foco na regionalidade dentro da produção no Instituto pernambucano atinge níveis ainda maiores do que os vistos na produção do IHGB, tomando a província como egeide e matriz para as interpretações acerca dos variados temas da história nacional.¹⁴ Esse foco local também se reflete na escolha dos participantes dessa agremiação, completa de membros da abastada elite econômica da região, acomodando também setores da Igreja em suas fileiras. Essa configuração denota a dois movimentos significativos, o primeiro deles é a nobilitação dos seus associados, que tinham no instituto um símbolo de status e influência intelectual; o segundo seria o esforço feito por esses componentes para retificar a imagem dessas elites agrárias em face o seu declínio econômico, e conseqüentemente político, hegemonia que estava se transferindo mais ao sul, para província de São Paulo. Concernentes a interpretações acerca da província, seu objeto por excelência, Schwarcz destaca ainda as análises antropológicas e etnográficas empreendidas por esse instituto, ao procurarem por uma “raça pernambucana”.¹⁵

O congênere instituto paulista, chamado de Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, nome semelhante ao de sua contraparte carioca, tinha em seu interior intenções distintas: seguir o modelo idealizado pelo IHGB ao fazer suas análises e produções, procurando sempre a união e a congregação da história nacional; ou então destacar uma especificidade paulistana, através da qual desafiavam o projeto unitário do Instituto carioca, que pressupunha um consenso nacional, que não se verificava na época, e pouco se vê nos dias atuais. Propunha-se como caminho alternativo ao ditado pela atuação do IHGB a reescrita da história nacional, constituindo uma historiografia marcadamente paulista que abarcasse em sua interpretação o país como um todo a partir dessa nova chave interpretativa que era São Paulo

¹⁴ Idem, p. 120.

¹⁵ Idem, p. 122.

e seu desenvolvimento.¹⁶ Outra diferenciação teórica em relação ao IHGB era a fidelidade política diversa do instituto paulista, pois enquanto os cariocas se ligavam ao império e suas formulações políticas, o IHGSP se vinculava ao modelo republicano vigente no tempo de sua fundação, em primeiro de novembro de 1894, o mês da república, tendo inclusive o presidente da república como presidente honorário e sócio benemérito do Instituto. Acerca das interpretações sobre a história veiculadas por esses institutos podemos destacar a exaltação do papel de São Paulo na história nacional, demonstrando um elitismo em sua produção, segundo Schwarcz.¹⁷ O discurso racial também entremeia as discussões do instituto paulista, tendo em seu interior ecos das teorias raciais correntes no fim do século XIX e afetando a produção do instituto.¹⁸ É factível relacionar as atuações dos Institutos Históricos locais com a atuação pioneira do IHGB, afinal é dele que o modelo nacional deste tipo de agremiação se constitui primeiramente. O interesse em formalizar uma memória regional e consolidar esta na história da província ou estado leva a que a questão da identidade e sua formação seja um dos pontos de pauta mais importantes dentro das formulações teóricas desses grêmios.

Sendo feitas estas considerações acerca do Instituto Histórico pioneiro e tendo-se analisado brevemente como se dava a produção realizada no interior do instituto carioca e no interior de seus congêneres nordestino e paulista, vamos tratar a seguir do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e seus boletins.

¹⁶ Idem, p. 126.

¹⁷ Idem, p. 129.

¹⁸ Idem, p. 131

O bastião paranaense: em busca de uma formulação regional para a História.

Art. 1º - O Instituto Histórico e Geographico Paranaense propõe-se:

§ 1º - A coligir, estudar, publicar e archivar os documentos que sirvam á historiografia do Paraná, promovendo a difusão do seu conhecimento pela imprensa e pela tribuna;

§ 2º - A promover excursões scientificas aos sítios onde existam curiosidades naturaes, descrevendo-as e fazendo-as estudar por competentes;

§ 3º - A crear um museu ethnographico;

(...)

§ 6º - A remetter ao “Instituto Histórico e Geographico Brasileiro”, no fim de cada anno, os documentos que pode obter com referencia á história e geographia de outros Estados, para o que os archivará convenientemente e lhes dará inserção na Revista si se referirem também ao Paraná. (...)

Excerto do primeiro estatuto do Instituto Histórico e Geographico Paranaense, publicado em 1900, página 17.

O Instituto Histórico e Geográfico do Paraná foi fundado em 24 de maio de 1900, no ensejo do quarto centenário da descoberta do Brasil. Chamado primeiramente de Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, depois passou a ser Geográfico e Etnográfico e hoje em dia se denomina Histórico e Geográfico do Paraná.¹⁹ Apesar de sua fundação datar do último ano do século XIX, a jornada do Instituto Histórico paranaense teve alguns percalços até se estabilizar e começar a desempenhar suas funções. Seu início foi marcado por tentativas frustradas de reunir a intelectualidade da província para dar consecução ao projeto de formação dessa agremiação.

O Instituto foi idealizado por Alfredo Romário Martins, intelectual e político paranaense, envolvido com as questões políticas e históricas do Estado. Martins conclamou em 24 de maio do ano de 1900 mais quinze

¹⁹ BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba/PR, v. 61, 2010. p. 13.

intelectuais da cidade de Curitiba²⁰ para dar início ao Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. Formaram uma diretoria provisória e deliberaram novo encontro para a formação de uma comissão diretora definitiva, assim como a elaboração de um estatuto para organizar e reger a instituição.

Esse projeto teve pouca repercussão. Após um hiato de seis anos, reuniu-se novamente Romário Martins e seus correligionários para uma reorganização do Instituto, ainda sem sede, discutidas na casa do próprio estudioso. Novamente, seus esforços se mostraram infrutíferos, levando a um novo “desaparecimento” do Instituto por mais cinco anos. Nova reunião de reorganização ocorreu em 1911. Foi eleita uma nova direção, entretanto pela terceira vez o instituto entrou em letargia, para retornar apenas em julho de 1916. Foi formada nova diretoria. A ocasião encontrou ânimos mais afeitos a cumprir uma antiga determinação do estatuto elaborado para o instituto em 1900: a criação de uma revista ou boletim do Instituto, a ser publicada trimestralmente, versando sobre os temas históricos do estado e seus vultos mais destacados.

Como resultado foi publicado, em 1917, mas com marcação de 1918, o primeiro volume do Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, constituído de 320 páginas, englobando 4 fascículos distintos. Em seus assuntos trazia primeiramente uma íntegra do primeiro estatuto do instituto que nos dá valiosas pistas acerca das motivações e pretensões desta agremiação, e entre os artigos publicados são discutidos temas relacionados a assuntos históricos, geográficos e etnográficos paranaenses.²¹ Mais sobre o Boletim será discutido no capítulo seguinte.

Desse primeiro estatuto do Instituto podemos destacar dois artigos do capítulo primeiro e o capítulo quarto: o artigo número 1 do capítulo primeiro afirma que a função do instituto é “*coligir, estudar, publicar e archivar os documentos que sirvam á historiografia do Paraná, promovendo a difusão do*

²⁰ Sebastião Paraná; Dario Velloso; General J. Bernardino Bormann; Emiliano Pernetta; Candido de Abreu; Julio Pernetta; Nestor de Castro; Manoel Ferreira Correia; Lucio Pereira; Capitão José Muricy; Coronel Jocelym Borba; Camillo Vanzolini; Luiz Tonissi; Emiliano de Leão;

Desembargador Bento Fernandes de Barros. Este são considerados os fundadores do Instituto.

²¹ Idem, p. 133.

*seu conhecimento pela imprensa e pela tribuna*²². O sexto artigo deste mesmo capítulo que delimita a necessidade de se enviar ao IHGB documentos para referência histórica e geográfica de outros estados, para que sejam arquivados e se necessários utilizados nas publicações do instituto nacional acerca do Paraná; o capítulo quarto versa sobre a criação do boletim nos moldes citados anteriormente e determinando ainda que se remeta os boletins publicados a arquivos, bibliotecas e institutos congêneres no país. Essas determinações arroladas no estatuto demonstram certo alinhamento institucional para com a missão de construção de uma história nacional nos molde propostos pelo IHGB, contribuindo com materiais para o desenvolvimento desse tipo de interpretação.

Destaca-se também a preocupação de construir e manter os vínculos da instituição paranaense com o Instituto nacional, reportando documentos, achados e pesquisas desenvolvidas localmente para o Rio de Janeiro. Rosevics atribui esse tipo de movimento como parte de um processo contínuo de revalidação e legitimação do grêmio paranaense, a partir do reconhecimento de suas contribuições para o IHGB. Destaca ainda que essa ligação revela a subordinação existente do projeto de construção da história regional em relação ao projeto nacional de formação história.²³ Deste modo, a autora delimita, a partir da análise desse primeiro capítulo do estatuto, quatro compromissos que a Instituição afirma como guia para suas ações e baliza para a atuação do grêmio.

O primeiro compromisso seria “com a ciência, a partir da coleta de dados e documentos, analisados e estudados pelos seus membros”²⁴. Utilizados para embasar as discussões acerca dos limites territoriais entre Paraná e Santa Catarina. Esse traço documental vai ser muito forte em alguns artigos que serão analisados no capítulo 3, deixando clara a coligação entre a concepção de ciência desses intelectuais e a sua produção histórica. A publicação de fontes históricas também se fazem presentes nas páginas dos boletins da instituição. O segundo compromisso seria com o estado do Paraná, visando “a consolidação de suas instituições e a construção de outras que

²² BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARANAENSE. Curitiba/Pr, v. 1, 1900. p. 23.

²³ ROSEVICS, Larissa. “O Instituto Histórico ...”. Pg. 47.

²⁴ Idem, loc. cit.

pudessem servir para melhor posicioná-lo frente aos demais estados brasileiros”²⁵, através da já citada coleta de documentos referentes à questão fronteiriça, que gerou alguns conflitos nos primeiros anos da agremiação e também da exaltação de grandes figuras, importantes para a história política, econômica e cultural do estado. Esse tipo de artigo representa grande parte da produção do instituto. Os terceiro e quarto compromissos se manifestam sobre a relação do Instituto com o Estado brasileiro, simbolizado pela sua subordinação ao IHGB e a pátria, através da manutenção do seu dever cívico junto aos paranaenses e brasileiros, formando uma identidade local, mas sempre relacionada ao contexto nacional, reafirmando a participação do Paraná na grandeza do Brasil.

De modo similar ao IAGP, o Instituto paranaense buscava contribuir para a formação de uma historiografia do Estado, centralizando a documentação e informações referentes a ele em seu espaço de domínio. Deste modo interpretando e irradiando uma identidade social unitária para a população, tendo seu caráter regionalista demarcado no estatuto e em outras manifestações de seus membros, como veremos mais a frente. Buscando a formação de uma história para o Paraná e sua população.

Questão sensível para a formação paranaense como unidade política e institucional, a formação populacional do estado. Formada inicialmente pelo encontro dos exploradores portugueses com a população autóctone, a inclusão de inúmeros elementos populacionais ao longo do tempo em seu território, como o negro, introduzido *a priori* como mão-de-obra escrava, e a imigração europeia durante a metade do século XIX e meados do século XX, inclusive com a chegada de populações não europeias, como os japoneses em 1908. Esta mistura heterogênea de pessoas, com passados, históricos e experiências distintas resultam na eclosão de disputas e conflitos entre os “nacionais” e estrangeiros, causando instabilidades sociais, que deixadas de lado poderiam fugir ao controle. Por isso, era determinante para o grupo dominante, dos ervateiros e pecuaristas, inserir essa população diversa, e muitas vezes deslocada da própria sociedade local, no projeto de estado que as elites políticas e econômicas paranaenses desenvolveriam. Para tal

²⁵ Idem, pg. 48.

“Era necessário que se construísse uma comunidade política em que todos se reconhecessem como paranaenses, não apenas por habitarem o mesmo território, mas por compartilharem de um mesmo imaginário social, de um mesmo destino.”
Rosevics, página, 42.

A consolidação da identidade regional paranaense era necessária, trazendo com ela a concórdia e cooperação necessária para o desenvolvimento do estado.

A identidade paranaense, que se desenvolveu nas primeiras décadas do século XX, tem como característica principal a valorização do período após a emancipação política da província, durante o período imperial, em relação a São Paulo, em 1853. Desta forma tem-se a primeira frente de legitimação para o estado do Paraná, que vai entrar em disputas territoriais com outros estados durante o séc. XX, demonstrando sua origem recuada no tempo. Há também a subvalorização do elemento indígena dentro dessa formação identitária, optando pela valorização da cultura luso-brasileira e posteriormente da cultura dos imigrantes que chegaram posteriormente a região. Apesar desse movimento, podemos reparar que a herança indígena faz parte dessa conformação. Mesmo sendo geralmente escondida ou não explorada, em face da superexposição das origens migratórias europeias, o elemento indígena se faz presente. O maior exemplo é o toponímico indígena presente de maneira extensiva na nossa região, seja no nome Paraná ou das principais cidades como Curitiba, Paranaguá, Lapa, Maringá, entre outros.

As vicissitudes compiladas: análise dos artigos.

A utilização de publicações periódicas como meio de divulgação de ideais era prática comum no início do século XX, sendo este o meio mais comum através do qual pessoas ou grupos poderiam realizar a divulgação e tornar público e conhecidas suas ideias e pesquisas. Rosevics aponta que em um levantamento feito por Romário Martins, no exemplar do ano de 1899 da revista anual *Almanach do Paraná*, editada por ele, haviam no estado durante esse ano 104 publicações periódicas circulando na cidade de Curitiba, 21 em Paranaguá, 2 na Lapa, 5 publicações em Castro e 1 periódico para cada uma das cidades a seguir: Guarapuava, Palmeira, Xapecó, Ponta Grossa e Campo Largo, totalizando 141 periódicos contados neste ano. A autora destaca ainda a existência de duas publicações em italiano sendo publicadas nesta época.²⁶ Percebemos a grande produção literária presente nesse final de século, com revistas e periódicos de fins variados, porém carregando os discursos de seus produtores para as pessoas. Da mesma forma, temos que considerar a elaboração de um periódico no qual o Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e seus intelectuais apresentassem para a sociedade os frutos de suas pesquisas científicas. Podemos justificar neste fim de divulgação e também nos preceitos científicos correntes na época a previsão da formulação de um periódico no estatuto do IHGPR. Rosevics afirma que essas publicações científicas, produzidas por essas agremiações de caráter dedicado a ciência, são características comuns a essas instituições, afim de divulgação, mas também de se apresentarem frente às agremiações congêneres através desses materiais, posicionando e representando a instituição.²⁷ No caso do IHGB, a sua publicação periódica dedicada é chamada de *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em publicação até os dias atuais.

Publicando seu primeiro *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense* no ano de 1918, elaborado em 1917, apenas, devido a várias instabilidades e reorganizações do grêmio, o IHGPR passava a ter também seu instrumento de divulgação científica e propaganda, tanto para a instituição e

²⁶ ROSEVICS, Larissa. "O Instituto Histórico ...", pg. 39.

²⁷ Idem, pg. 77.

para seus membros. Já experiente no ramo do jornalismo, Romário Martins foi responsável pelas publicações do Boletim entre 1918 e 1925. Foi ele quem

“(…) selecionou os artigos, organizou, publicou e divulgou todos os fascículos do período. Portanto, há prevalência nos fascículos publicados dos valores políticos e ideológicos defendidos por Martins e pelos grupos políticos aos quais ele estava associado, em especial aqueles relacionados ao Instituto.”²⁸

Relacionando a produção do Instituto ao contexto político em que estavam inseridos e na qual circulavam seus membros, podemos pensar, considerando o objetivo primeiro do Instituto em formar a identidade regional paranaense, que haveria uma homogeneidade no pensamento científico corrente dentro do Instituto. Porém, como aponta Rosevicz, e como nós vamos ver mais a frente, “havia diversas vertentes pelas quais perpassava qual o melhor projeto para a construção da memória e do homem paranaense ideal.”²⁹

Os artigos analisados a seguir estão organizados de forma cronológica. Apresentamos o boletim em que foram publicados, um breve histórico sobre o autor, se possível, e uma breve resenha do artigo, destacando os principais argumentos e questões levantadas. Oito artigos foram selecionados para análise, por tratarem diretamente da questão indígena. Dois volumes temáticos sobre o assunto foram lançados, porém serão apenas apresentados. Comentários serão feitos durante esta apresentação dos artigos. A análise deles será feita após todos serem apresentados, ponderando sobre o conjunto dos artigos.

Primeiramente temos o artigo “Ligeiras Notas sobre Ethnologia Paranaense”, de autoria do Dr. Jayme Dormund dos Reis, médico, sanitarista e professor da Universidade do Paraná. Artigo presente no primeiro Boletim do Instituto, publicado no ano de 1918 no quarto fascículo da publicação, da página 235 à 259. Em seu artigo, o autor discorre sobre os movimentos de

²⁸ Idem, pg. 78.

²⁹ Idem, pg. 79.

migração, colonização e dominação no espaço onde hoje conhecemos o Estado do Paraná. Primeiramente, o autor afirma que a chegada do elemento branco português, dominando as hordas selvagens através de sangrentas batalhas, dá início a mistura das raças ao se relacionar com os elementos autóctones, formando uma base fundamental para essa miscigenação com os vencedores portugueses, criando um subtipo, o caboclo ou caipira. Em seguida versa sobre as uniões desses selvagens e dos mestiços com portugueses aos espanhóis, presentes no território paranaense com suas missões, e dentro dessas promovendo a mistura racial. Em outro momento o autor comenta da introdução do africano nessa “ambiente” de cruzamentos, trazendo, em menor número suas características para a população da costa paranaense. Por fim, dois grandes movimentos de mistura de raça no estado: a vinda inicial de imigrantes europeus, que na época de pequena imigração se assentavam e faziam a mistura racial com os elementos locais e a grande colonização, tratando-se da vinda massiva de imigrantes europeus como elemento “fraternizador” de todas as características adicionadas à população paranaense ao longo de quase quatrocentos anos. Por fim, o autor encerra afirmando que esses sucessivos cruzamentos foram instrumentais na evolução do homem paranaense, que devido a essa herança misturada é “resistente as intempéries, robusto, pujante, altivo, abnegado, apto a todas as energias. O Homem do Paraná.”³⁰

Este é o primeiro artigo que trata da questão do índio na história de formação do estado do Paraná e de sua população. É curioso de que maneira o elemento indígena é inserido nesta análise: como etapa da linha de miscigenação do homem paranaense, um dos primeiros componentes, inserido através da violência, como derrotado e assimilado pelo elemento português.

Apresentamos a seguir o segundo artigo selecionado, publicado no Boletim número XII (12) do ano de 1970, lançado com o novo nome da instituição, rebatizada em 1948, para Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense. Primeiramente nos referimos ao artigo de Leda Maria Cardoso Naud, até onde conseguimos saber servidora pública vinculada ao Senado Federal, chamado “O índio brasileiro: apontamentos desde o

³⁰ BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARANAENSE. Curitiba/Pr, v. 1, 1900. p. 258

descobrimiento do Brasil até a época do Império”, que vai das páginas 5 à 24 neste volume.

De início a autora esclarece que esse artigo é baseado em documentação e pesquisas feitas em arquivos portugueses referentes à legislação indígena vigente no Império, mas especificamente no território ultramarino do Brasil. A autora explica que a preferência por essa investigação se dá devido a dois motivos principais: a não observância, ou observância imperfeita de várias leis que o Reino fez sobre os indígenas; e devido às dúvidas que suscitavam as leis acerca de sua aplicação, tanto no seu campo de ação quanto pela interpretação, muitas vezes confusas, de suas prescrições.

Sendo assim, pretende-se analisar quatro códigos jurídicos e algumas discussões feitas acerca destes códigos: a Lei de 10 de setembro de 1611 e o Directório dos Índios da Bahia, em observância a esta mesma Lei; o Directorio de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador das Capitanias de Pará e Maranhão, para reger os índios daquela povoação e o parecer feito acerca da matéria; o Plano sobre a Civilização dos Índios do Brasil de 1788 e por fim o Plano Geral da Civilização dos Índios de 1826.

Segue-se uma breve introdução sobre a criação do Conselho Ultramarino em 1640, após a restauração, tendo dentre suas atribuições matérias de qualquer modalidade tocando aos Estados da Índia, Brasil e Guiné, Ilhas de Cabo Verde e de todas as partes ultramarinas e lugares da África. Os bispados e demais lugares eclesiásticos não competiam quanto ao gerenciamento do Conselho. Para cuidar dos assuntos eclesiásticos foram criados Bispados, instituídos a partir de Bulas papais, que tinham por função organizar, gerir e suprir a empresa religiosa em novos territórios. O Bispado da Bahia foi o primeiro formado no Brasil em 1549 e o segundo, formado em 1676, é o Bispado do Rio de Janeiro, seguido de vários outros, instituídos durante o século XIX.

Após a explanação sobre essas instituições a autora se dedica a analisar os códigos jurídicos apresentados na introdução. O primeiro foi a Lei de 10 de Setembro de 1611, promulgada por Dom Felipe, baseada em

legislação anterior feita em 1570 por Dom Sebastião, reafirmava a liberdade dos índios do Brasil, conforme o Direito e seu nascimento natural. Deveriam ser fixados em aldeias sob a administração de Directores nomeados pela Coroa, nela terão suas próprias terras e trabalharam nelas livremente, sem constrangimento ao trabalho ou a terem que se deslocarem de sua terra contra a vontade. Entretanto, um regimento dado por Roque da Costa Barreto no ano de 1681 apresentava texto contraditório a Lei de 1611, a qual o dito regimento pretendia reforçar. A autora afirma que “houve falhas não só quanto à observância, mas também erros graves quanto à sua aplicação, por não ter o Regimento sabido interpretá-la a contento.”³¹ Trazendo recomendações quanto à organização do trabalho indígena e a aplicação de punições aos que se recusassem a trabalhar e como agir para proceder à troca da área em que se encontram fixados tais índios, a despeito de suas vontades, exatamente ao contrário do que regia a Lei de 1611.

A seguir tratamos sobre o Directorio formado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão geral das Capitanias do Pará e Maranhão. Feito em 1757 e confirmado em 1758., composto por 95 parágrafos, este Directorio foi analisado pelo Conselho do Estado da Bahia e o relato de suas conclusões acerca da sua aplicação do Directorio para outras localidades além de Pará e Maranhão constam no parecer escrito por essa instituição. A autora destaca a importância que o conselho atribuiu aos parágrafos referentes à educação indígena e ao governo dos índios nas matérias sobre o dízimo, comércio com os indígenas e a introdução de brancos nos aldeamentos indígenas. Sobre a educação dos indígenas o Conselho de Estado deliberou que deveria ficar a cargo da Coroa o custeamento do ensino básico para as crianças indígenas, ao contrário do que dispunha o Directorio, no qual os interessados pela educação daquelas crianças deveriam arcar com os custos. O conselho concordou com as medidas previstas para a punição aos que desobedecessem às disposições acerca do governo dos indígenas e sugeriu ainda novas penalizações adicionais a aquelas previstas. O ponto de maior importância é sobre o comércio com os indígenas. Directorio e conselho

³¹ BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba/PR, vol. 12, 1970, pg. 12.

concordavam quanto os malefícios que o abuso de aguardente trazia aos indígenas e aos administradores das aldeias, atrasando o trabalho, destruindo o índio e o fazendo cair ainda mais na desgraça do vício e suas agruras. Sendo assim, se proibiu o comércio e venda de aguardente aos índios, para garantir a perpetuação deles e evitar a sua autodestruição através da bebida. O comércio desvantajoso para os indígenas, praticado por alguns comerciantes e administradores, que se aproveitavam da ingenuidade do silvícola e travavam negócios injustos e desonesto com eles também estava proibido. Dificultando também as transações comerciais legítimas ao impor a necessidade de um intermediário nessas relações. O conselho comenta ainda algumas recomendações acerca de trabalho escravo e o apresamento dos índios, porém não se pronuncia a respeito de sua validade, argumentando que a situação competia à discussão com a Corte. A proibição do comércio de aguardente voltará a ser pauta em algumas outras formulações analisadas.

O “Plano sobre a Civilização dos Índios no Brasil e principalmente para a Capitania da Bahia com uma breve notícia da missão que entre os mesmos índios foi feita pelos proscritos Jesuítas”, criado em 1788 por Domingos Alves Branco Moniz Barreto. A autora afirma que esse plano de civilização tinha como principal objetivo reformar os aldeamentos e as instituições elaboradas dentro deles, afinal estes não estavam desempenhando, de maneira adequada, a função integradora e civilizatória para com os índios. Essa falha na civilização e integração, e a conseqüente decadência desses indígenas, eram responsabilidade da ação jesuítica, das sangrentas bandeiras feitas contra essas organizações, a corrupção dos Diretores de aldeamentos e os maus costumes de alguns párocos que regiam os trabalhos espirituais nesses locais. Seria então necessária a substituição de algumas instituições, a criação de outras no espaço do aldeamento. Retirando também algumas prerrogativas das mãos leigas e eclesiásticas para serem redistribuídas a pessoas de índole comprovadamente boa. Esta reforma deveria efetivar-se nas vilas estabelecidas e também nas que serão criadas, mantendo em primeiro lugar a religião e em segundo o bem estar do Estado seguido, em terceiro lugar, dos interesses dos índios.

Por último tratamos do Plano Geral da Civilização dos Índios, dos Estados do Espírito Santo, São Paulo, Goiás, Ceará e Pernambuco, remetido à comissão de estatística em 7 de maio de 1827. Este é o projeto mais interessante dos analisados, pois versa sobre os esclarecimentos necessários à organização de um Plano Geral da Civilização dos Índios. Tais esclarecimentos, elaborados por requisição do Imperador D. Pedro I, contendo informações acerca da situação dos indígenas e suas condições nas diversas províncias do Império, visavam à elaboração posterior desse Plano Geral de Civilização dos Indígenas. Entre os relatos enviados, a autora destaca a situação precária e a escassez populacional destes índios. Conjuntura herdada do abuso dos jesuítas e diretores gananciosos de aldeamento, que exploravam e exterminavam os indígenas, os bandeirantes impiedosos, que imprimiram terror e susto aos mesmos e as políticas ineficazes do Estado. Contribuindo para manter a “imbecilidade dos gentios” ou a sua “inaptidão” para o trabalho e ofícios sem remédio, sendo absolutamente ao contrário do nativo nas regiões espanholas, destros para o trabalho. Os índios do Brasil se conservavam na estupidez. Entretanto, outros relatórios enviados para a comissão formada por Pedro I contradizem e dão outros culpados pela situação em que o índio se encontrava na época da consulta. Estes, como afirma a autora, ressaltam que essa inépcia para o trabalho e educação não se verificavam, a partir de boas ações dos homens brancos. A introdução de aguardente no hábito de vida indígena destrói e causa incalculáveis prejuízos para a sua civilização e sua sobrevivência, vendendo tudo que é dele, entregando mulher e filhos pela bebida. E nem o governo e as leis salvarão os índios se a população civilizada não agir como tal e protegê-lo desse tipo de veneno e dos outros abusos a ele infligido.

À guisa de conclusão a autora afirma:

“O excesso de leis, a não-aplicação delas, a incompreensão e o abuso de muitos dirigentes é que foram, pois, a nosso ver, os responsáveis pela extinção dos índios, pelo seu sofrimento e internação no mais

profundo da selva brasileira, onde o problema continua latente, desafiando sucessivos governos e originando os sucessivos planos que se continuam fazendo para a integração do índio, dentro dos postulados da moderna política indigenista.”³²

Este é um texto importantíssimo, que nos fornece bases para entender como a visão acerca do indígena era mutável durante a história. Haveria uma preocupação em civilizar, catequizar e assimilar este elemento indígena se analisarmos somente as formulações das leis e outros códigos jurídicos acerca do tema, entretanto podemos perceber, através desses últimos relatos analisados principalmente, que talvez o “problema indígena” se concentrasse na própria relação entre o silvícola e o colonizador. Nesta dinâmica as vontades de dominação e exploração parecem dominar e impor um julgo cruel e devastador ao indígena. Temos, por outro lado a supressão do olhar indígena nesta questão, tendo seu território invadido, seu modo de vida destruído, religião banida e negada, com esforços sendo feitos para que ela suma. Não é de se espantar que esses projetos alienígenas de modo de viver e organização social sejam aplicados de maneira eficiente. A comparação com a experiência espanhola também me parece pertinente ao destacar uma organização diferenciada que permitiu uma convivência mais harmoniosa, apesar de também se ter perpetrado abusos e outros males contra os indígenas, porém nos dias atuais a língua guarani ainda existe em alguns países de colonização espanhola, no Brasil toda essa riqueza cultural foi suprimida e legada aos livros de história e alguns nomes, os quais não nos damos o trabalho de saber sua significância, origem ou importância.

No Volume número XIII (13), publicado em 1971, temos nosso primeiro artigo que lida com arqueologia e etnologia indígena. Chamado “A Cultura Payaguá e suas possíveis correlações com a cultura tupi-guarani” escrito a quatro mãos por Igor Chmyz e Ariete Alice Schmitt. Igor Chmyz, figura conhecida bem conhecida pelos corredores do Setor de Ciências Humanas da

³² Idem, pg. 24.

UFPR, foi professor da disciplina de Arqueologia Pré-histórica e docente por muitos anos na Universidade, se aposentou compulsoriamente ao completar 70 anos.³³ Sobre Ariete Alice Schmitt nada sabemos, além do fato de que tinha vínculos, assim como Chmyz, com o Centro de Ensino e Pesquisa Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná, o CEPA.

Neste artigo os autores tratam sobre os vestígios encontrados e pesquisados por eles nos sítios arqueológicos no baixo Rio Iguaçu. Os primeiros vestígios desse tipo foram encontrados em 1969. Ao longo da porção do baixo Rio Iguaçu, mais de 30 sítios arqueológicos foram encontrados, também tiveram descobertas ao longo do Rio Paraná. Dentre estes vestígios alguns eram remanescentes de cultura pré-ceramista e tupi-guarani e outros de uma cultura diversa. Mais pesquisas acerca desses sítios devem ser feitas a fim de esclarecer as origens, rotas de migração e contatos da cultura tupi-guarani com a cultura Payaguá. Os artefatos líticos encontrados nesses sítios arqueológicos se assemelham, de maneira tipológica, a cerâmica tupi-guarani. Apesar de diferenças práticas entre os artefatos encontrados e da tradição com a cerâmica dessa população é importante destacar o processo de trocas que esse povo realizava com outras populações, sendo essas semelhanças resultado das trocas entre essas culturas.

A cultura Payaguá está sob constante disputa, segundo os autores, na qual uns ligam-nos ao nome do Rio Paraguay, a partir de uma relação entre as partes do nome Payaguá ou ao vocábulo tupi-guarani, que lhes concederia uma origem diferenciada do que a presumida. Afirmam ainda que os Payaguás realizavam investidas corsárias a navios que passavam tanto pelo Rio Paraguai quanto pelo Rio Paraná durante o século XVII e XVIII, tendo sua principal área de atuação esses rios e seus entornos, criando uma hostilidade com os espanhóis e tribos tupi-guarani que navegavam por esses locais. Sendo assim, uma aliança entre os europeus e os indígenas tupi-guarani contra os Payaguás resultaram na sua transição dos rios para as imediações da região da atual cidade de Assunção. Com as guerras e as doenças seus números se

³³ SOCIAL, Assessoria de Comunicação. Professor Igor Chmyz: um exemplo de dedicação à Arqueologia e à UFPR. 2007. Disponível em: <<http://www.ufpr.br/portalfufpr/blog/noticias/professor-igor-chmyz-um-exemplo-de-dedicacao-a-arqueologia-e-a-ufpr/>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

reduziram, restando apenas mil representantes do grupo em 1800. No ano de 1940 acreditasse que Max Schmidt entrevistou, possivelmente, a última remanescente do grupo dos Payaguás.

O texto se encerra com algumas considerações de ordem arqueológica, a partir de reconstruções e comparações dos artefatos líticos encontrados durante a expedição com outros vestígios investigados anteriormente. Para responder as questões acerca da cultura Payaguá que ainda estão em aberto no campo de pesquisa arqueológico é necessário a realização de novas expedições e mais pesquisas, inclusive do lado Paraguai do território, contribuindo largamente para ajudar a elucidar as questões que cercam a cultura Payaguá.

Esse artigo é um exemplo dos artigos produzidos acerca da arqueologia e publicados no Boletim do Instituto. Outros versavam sobre descobertas arqueológicas durante as viagens de naturalistas como Saint-Hilaire, Peter Wilhelm Lun, entre outros. Apesar de tratar dos indígenas em um contexto de fronteira, esse texto não apresenta uma historização maior do objeto, tendo seu foco nos aspectos concernentes a pesquisa arqueológica da cultura Payaguá. O breve contexto histórico apenas relaciona rapidamente o objeto de estudo com a cronologia histórica vigente. O ar científicista concorre neste texto com a apresentação de vestígios e descrições das reconstituições feitas. Poderíamos afirmar que essa contribuição arqueológica tenha se repetido, afinal teorizava sobre uma cultura que poderia se tornar uma das bases da identidade paranaense, entretanto, a relação com a América espanhola afastou esses intentos, e apesar de não ter mais publicado no Boletim do IHGPR, o professor Igor Chmyz continuou suas pesquisas arqueológicas por um bom tempo, desenvolvendo-as ainda hoje.

Os artigos publicados no volume XXXVI (36), lançado no ano de 1979 têm grande extensão e relevância para análise sobre o discurso acerca do indígena e também de outras produções sobre o tema feito por pessoas de fora do IHGPR.

Em primeiro lugar podemos destacar a produção de um artigo que não se refere exatamente ao indígena, porém a uma figura relevante dentro do

contexto paranaense para a pesquisa etnográfica e antropológica do nativo durante as décadas de 1920 até 1970. Falamos sobre Vladimir Kozák, fotógrafo e cinegrafista europeu, que veio para o Brasil em 1923 como engenheiro mecânico. O texto escrito por Edilberto Trevisan neste volume do Boletim dedica homenagem póstuma ao artista e pesquisador, falecido em 3 de janeiro de 1979,³⁴ naturalizado brasileiro, “cujo legado de trabalho, seriedade e amor a nossa terra constitui herança ainda mais valiosa do que o importante acervo de obras que deixa às instituições paranaenses”.³⁵ O autor relata a história de vida do artista, desde suas origens dentro do Império Austro-húngaro, passando por sua vinda ao Brasil, seu estabelecimento, o desenvolvimento de suas obras fílmicas e fotográficas com os indígenas do estado do Paraná e de outras partes do país, registrando suas viagens, mandando revelar seus filmes no estrangeiro, e quando retornam, editando-os sozinho, sendo o único artífice de sua produção artística.

Trevisan realiza neste artigo o que ele define como o primeiro levantamento acerca da produção de Kozák, afinal os dois travavam mais de 10 anos de amizade, tendo o autor acesso as produções do amigo, relacionando-as. Os filmes de cunho etnográfico, que nos interessam de maneira mais direta, são vários: 12 filmes documentários de etnologia, com duração entre 10 e 120 minutos, versando sobre diversos grupos indígenas dentro do Brasil e retratando aspectos diversos de sua vivência. Sua maior e mais completa obra é o filme documental chamado “Hetas – The Last Free Men of Paraná”. Composto em 7 partes, apresentando como tema principal os índios chamados Hetá, têm média de duração em torno de 55 minutos cada parte, mais ou menos. Retrata-se nesses filmes os locais onde vivem os índios Hetá, seus costumes e práticas e a vivência e sociabilidade em grupos que os silvícolas tinham. Considerado o mais completo retrato deste grupo indígena, dado como extinto nos dias de hoje. Capturou inclusive a elaboração de algumas ferramentas de pedra lascada, oferecendo grande insight sobre a produção desse tipo de ferramenta por outros povos americanos. Kosák

³⁴ PARANAENSE, Museu. Vladimir Kozák. Disponível em: <<http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=107>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

³⁵ BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba/PR, vol. 36, 1979, pg. 5.

também realizou pinturas de cunho histórico, pouco apreciadas no Brasil, segundo o autor, retratando os tipos e costumes de nossos indígenas, complementando-os com narrativas sobre os episódios retratados. Havia 15 obras sobre os Hetá, representando o rapto de uma criança pela harpia paranaense, o nascimento de um bebê sob o tronco de uma árvore e a captura de um jaguar que matara alguém da tribo. Uma ilustração de um homem Hetá estampa a capa do Boletim.

Trevisan finaliza o artigo afirmando que a contribuição de Vladimir Kosák para a consolidação da etnologia brasileira foi imensa. Ao se expressar através do documentário, deparando-se com um grupo tribal, Kosák “via-se obrigado a adaptar-se ao terrível desempenho de *câmera-man* de um objeto tão instável e tão humanamente incontrolável como o indígena, mesmo o já aculturado”.³⁶ A produção de Kosák voltará a ser explorada no Boletim, como apresentaremos mais adiante.

Ainda neste volume temos o artigo “Colônias Indígenas na Província do Paraná”, escrito por Leônidas Boutin, nas páginas 47 à 113 do Boletim. O autor, um dos primeiros professores da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá (Fafipar) na década de 60, formado em História, Geografia e Direito, foi diretor do campus de Paranaguá da Unespar. Morreu no dia 07 de Outubro de 2016, aos 91 anos.³⁷ Em seu artigo, Boutin faz um histórico da formação dos núcleos indígenas, chamados por ele de colônias indígenas, na província do Paraná, após 1853.

O autor inicia sua exposição se referindo a catequese, a difusão e ensinamento do credo católico para o índio, como instrumento civilizatório, que além de ensinar a doutrina cristã, também serviria para levar o índio a abandonar suas tradições, costumes, religião e modo de vida. Adotando, por fim, a lógica luso-brasileira de vida. Afirma ainda que este tipo de empresa recairia para o homem branco, referenciando a concepção do “*white man’s burden*”, no qual o homem branco europeu teria como dever ser modelo e

³⁶ ³⁶ BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba/PR, vol. 36, 1979, pg. 24.

³⁷ PARANÁ, Universidade Estadual do. Reitoria lamenta morte do ex-diretor do campus de Paranaguá. Disponível em: <<http://www.unespar.edu.br/noticias/reitoria-lamenta-morte-do-ex-diretor-do-campus-de-paranagua>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

colaborar para a civilização e elevação dos outros povos. O autor afirma que esta concepção e essa chave interpretativa estavam em revisão, no sentido de considerar como válidas as demais culturas e influências como benéficas para o desenvolvimento do ser humano, inclusive a cultura indígena. Sendo assim, o autor passa pra o histórico de fato da formulação dessas colônias indígenas no Paraná. Afirma que os primeiros exemplares foram as Reduções Jesuíticas, formada por espanhóis na região oeste do futuro estado do Paraná. Estas foram arrasadas pelos bandeirantes paulistas. Afirma a seguir que somente após a emancipação política, em 1853, surgiram novamente, de verdade, colônias indígenas, organizadas pelo governo imperial e provincial. Em 1857 com a promulgação do Regulamento das Colônias Indígenas que determinavam a criação e instalação de oito colônias, quatro no Paraná e quatro no Mato Grosso. Das previstas para a região paranaense apenas duas foram instituídas e várias outras criadas, apesar da regulamentação restringir tal ação. Esses agrupamentos estavam inseridos no contexto de colonização do século XIX, submetendo os elementos autóctones a um processo de aculturação.³⁸

Relatos referiam-se frequentemente que os índios, em grande número, constituíam uma ameaça e dificuldade no processo de ocupação efetiva do espaço geográfico do Paraná. Sendo assim, essas colônias vinham para cumprir alguns objetivos como reuni-los em redutos, “amansá-los” e aproveitar de maneira mais efetiva a mão de obra indígena. Estes, afirma o autor, foram alcançados, porém com pouco sucesso, pois “não se fixavam por muito tempo junto aos brancos, pois a atração atávica das matas, onde havia liberdade total e caça para alimentar e divertir, era irresistível.”³⁹ O autor pondera sobre a existência de poucos indígenas nos dias de hoje devido a uma série de razões como grande mortalidade devido a doenças e tragédias trazidas pelo branco, extermínios nas mãos dos bugreiros impiedosos e o restante absorvido pela frente de colonização, composta, segundo o autor, pela gente mais humilde, destituída de preconceitos raciais, promovendo a miscigenação. Resultam em

³⁸ BOLETIM DO ISNTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba/PR, vol. 36, 1979, pg. 52.

³⁹ Idem, pg. 53.

um índio acaboclado, matriz para o homem do campo no Paraná contemporâneo.

Sobre a criação de novas colônias, Boutin apresenta argumentos para justificar o pouco sucesso dessas novas empreitadas e a dificuldade de seu estabelecimento duradouro. Devem-se a falta de terras úteis para a instalação dessas aldeias, doenças endêmicas que assolavam os índios nestes locais, falta de religiosos para administrar a catequese e o ensino dos índios, garantindo que não retornassem a gentildade e a falta de recursos financeiros e matérias para a manutenção e criação de novos espaços. A partir das análises travadas em outros artigos podemos ver que o projeto aqui delineado tinha fins que não poderiam ser alcançados, sendo a empresa de colônias indígenas ou aldeamentos um projeto de sucesso muito limitado. Dito isso, Boutin continua sua análise destacando que a mentalidade predominante na época era diferentes destes preceitos, emanados principalmente de legislações acerca da civilização do indígena. Afirma ainda que o ideal brasileiro e o movimento indigenista, forte nessa segunda metade do séc. XIX, não demonstravam efeito em despertar interesse e respeito para com os nativos. Inclusive pelo indigenismo da época retratar um falso índio.

Na segunda metade do artigo o autor apresenta e descreve algumas colônias indígenas criadas no Paraná no período entre 1853 a 1889. São elas: a Colônia Indígena de São Pedro de Alcântara, formada em 1855, com elementos indígenas, brancos e negros em seu interior; a Colônia Indígena de São Jerônimo, fundada em 1859, próxima à colônia de São Pedro de Alcântara, administrada durante muito tempo pelo famoso Frei Luiz de Cemitile, que viajou a corte e conseguiu que as terras nas quais os silvícolas trabalhavam fossem dadas a eles, como posse de direito aos indígenas. O frei trouxe ao aldeamento dois professores, e, curiosamente, a professora de primeiras letras ganhava um jornal de 720 mil réis anualmente, enquanto o professor de música recebia 600 mil anuais. O autor afirma não saber a que se deve esta diferença. Boutin afirma ainda que o índio dessa colônia começava a perder seus “costumes atávicos”, se integrando a população crescente do aldeamento, porém também causando uma cisão com os ditos “verdadeiramente indígenas” que se afastavam e saíam do aldeamento de volta

as matas. Haveria também a Colônia Indígena de Nossa Senhora de Loreto do Pirapó, fundada em 1857 e abandonada em 1862; a Colônia Indígena do Paranapanema, ou de Santo Inácio do Paranapanema, surgiu como transferência da colônia do Pirapó em 1862. Em 1876 uma índia, considerada louca, se suicida, abalando a tranquilidade aparente do local. A Colônia Indígena de Palmas foi formada ilegalmente em 1855 e formalizada em 1869 e finalmente a Colônia Indígena do Chagu, aldeamento de pouca expressão, pouco se sabe sobre ele.

O autor conclui seu artigo reafirmando sobre as finalidades dessas colônias: integração geográfica, integração étnica, política e econômica da frente de colonização do estado. Afinal havia um intercâmbio comercial e social entre estas conformações populacionais. Seus objetivos foram completados, afirma, apenas em nossos dias, tendo à frente pioneira miscigenado com essas populações, sem preconceitos de cor e de raça, absorveram e ainda absorvem a grande maioria dos indígenas, realizando “o trabalho imposto antes aos missionários, depois ao SPI e FUNAI finalmente”.⁴⁰ Leônidas Boutin encerra o texto com a seguinte frase de Romário Martins: “O caboclo de hoje é o índio de ontem.”⁴¹

Neste extenso texto analítico das povoações indígenas dentro do espaço paranaense podemos destacar algumas características marcantes em seu discurso. Primeiramente a crença do autor na necessidade de civilizar o elemento autóctone presente nas terras paranaenses. Sem esse esforço a expansão da fronteira estaria comprometida, devido a conflitos e outros embarços que a presença do silvícola traria nesta empreitada. Como em outros textos analisados o autor também considera essas conformações sociais para qual se designava os esforços de apaziguar o índio, as colônias ou aldeamentos, suscetíveis a falhas e a não realizar de maneira satisfatória seus intentos, tendo o autor ressaltado motivos para tal. Sendo assim, a necessidade de integração e assimilação deste índio se mostra premente para Leônidas Boutin, tendo esse projeto concluído apenas nos dias de hoje. É significativo que o artigo seja encerrado com a citação de Romário Martins,

⁴⁰ Idem, pg. 99.

⁴¹ Idem, loc cit.

nessa época presidente honorário e perpétuo do IHGPR, considerando o indígena como etapa a ser superada, integrando a população do atual Estado.

O próximo artigo também está publicado no Boletim 36 da instituição e chama-se “A mão-de-obra Indígena e o Ouro do sul do Brasil”, de autoria da Professora Marina de Lourdes Ritter, da qual sabemos apenas que tem mestrado pela Universidade de São Paulo, obtido no ano de 1979, mesmo ano de publicação deste Boletim. Em seu artigo a autora traça um panorama da utilização da mão de obra indígena na exploração de ouro no sul do Brasil, especificamente na região do Paraná e mais ao sul.

A autora inicia seu texto tratando da questão pertinente a preação dos índios do interior de São Paulo pelos bandeirantes, que posteriormente adentrariam o território espanhol, onde será o Paraná, e procedem o saque e destruição das Missões espanholas no Guairá, escravizando grande quantidade de indígenas. A escassez de escravos, devido à inserção holandesa no atlântico sul, e as proibições acerca da escravização dos índios torna difícil a situação econômica da colônia, durante século XVII, necessitando a realização de “guerras justas” para justificar a escravidão indígena, estimulando, assim, as expedições pelos sertões e cercanias da Capitania de São Paulo. Mais ao sul, na área litorânea, forma-se novas povoações na região de Paranaguá e adjacências. A partir dessa colonização e da descoberta de minerais preciosos em Paranaguá e nos sertões que o circundam temos uma nova força colonizadora. “O indígena foi a principal força de trabalho em que firmou-se a colonização portuguesa, efetivando seu domínio no sul do Brasil”.⁴² No final do século XVII a tribos livres de indígenas foram rarefeitas, motivo pelo qual, afirma a autora, era necessário recorrer a mão de obra dos indígenas presentes nos aldeamentos, mediante a pagamento pelos serviços, jornal este que nem sempre chegava as mãos dos índios. Essa busca frenética por mais mão de obra dentro desses espaços favoreciam a desintegração deles, devido, aponta a autora, a exploração dessa mão de obra, perecendo aos milhares, devido ao excesso de trabalho, fome ou doenças.

⁴² BOLETIM DO ISNTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba/PR, vol. 36, 1979, pg. 125.

A autora finaliza afirmando que a exploração aurífera impulsionou a colonização do interior do primeiro planalto paranaense e estimulou o desenvolvimento econômico e social dessa região, resultando na fundação de vilas ao longo do território mais afastado do litoral, que apresentavam minerais para a exploração e campos para as plantações. Sendo assim, esta demanda pelo trabalho indígena causa uma escassez tremenda, alterando significativamente os espaços em que o índio era requisitado e utilizado de maneira mais intensa como trabalhador.

Este artigo foca na exploração do trabalho indígena, apresentando o silvícola como agente passivo neste processo, sendo conquistado, escravizado e explorado sem maiores consequências, afinal durante o século XVII já haviam legislações específicas que previam a proteção do índio. Entretanto não percebemos influências destas conformações jurídicas afetando a disposição dos colonos em utilizar-se desta mão de obra.

No volume XXXVII (37) do Boletim, publicado no ano de 1980 temos o artigo “O Xokleng na Província do Paraná: aldeamento do Papanduva”, de autoria de Ruy Christovam Wachowicz, historiador e escrito, se mudou para o município de Araucária em 1940, ocupou a décima cadeira na Academia Paranaense de Letras.

O artigo de Wachowicz trata sobre as relações entre os indígenas Xokleng, habitantes da região pela qual passa a Estrada da Mata, principal ligação entre Viamão e a feira de Sorocaba, e dos conflitos que o trânsito do homem branco pelo território dos indígenas resulta.

Primeiramente o autor aponta para a importância da Estrada da Mata, que liga a província do Rio Grande do Sul, Viamão, até a província de São Paulo, na feira de Sorocaba, na qual os tropeiros negociavam suas criações. Esta estrada atravessava o meio do território habitado historicamente pelo grupo indígena Xokleng, na época denominado botocudo. Este território passou a ser dominado pelo branco nos séculos XVIII e XIX, com a criação de criatórios para seus animais.

Na Estrada da Mata havia o registro de Rio Negro, posto que taxava as tropas que utilizavam a passagem, sendo umas das principais fontes de renda

para a província do Paraná, quando de sua criação, e era imperioso manter seu caminho transitável, garantindo a renda do registro. Para manter tal manutenção foi necessário travar ainda mais contato com o índio Xokleng que dominava a região. “Este grupo indígena, pertencente à nação gê, foi considerado pelos antropólogos, como sendo dos mais atrasados de todos os índios que habitavam o Brasil”.⁴³ Tenazes e arredios, os botocudos evitavam o contato com o branco e defendiam ferozmente seu território. Durante os esforços feitos para a revitalização da Estrada da Mata, após a emancipação em 1853, o conflito com os Xokleng se acirra, demonstrando o comportamento arredio no convívio com as populações brancas. O autor afirma que devido a esses traços não era possível, em um primeiro momento assentar um aldeamento e arregimentar esta população para dentro dele. As tensões continuam a se acirrar, até que em 1858 os Xokleng atacam os moradores de Saltinho, cidade localizada sobre a Estrada da Mata. Atacaram também uma tropa que seguia para a província do Sul, matando a todos e destruindo a carga que levavam.

Duas expedições seriam realizadas nos anos seguintes. A primeira comandada por João Bley, terminando com 6 homens mortos em uma armadilha dos indígenas. E a expedição de Joaquim Francisco Lopes, sertanista que colaborou para a fundação do aldeamento de São Pedro de Alcântara, explorou mais as matas da localidade e identificou que os índios se concentravam onde é atualmente o Vale do Itajaí, e ofereceu presentes aos índios a fim de apaziguá-los. Somente em 1875 seria criado o aldeamento de São Tomás de Papanduva, que não visava proteger o indígena, como seus congêneres no centro do estado do Paraná, mas sim impedir e diminuir os crimes cometidos pela população Xokleng. O sertanista Lopes foi nomeado como administrador desse aldeamento. Entretanto, afirma o autor, a burocracia estatal na aprovação das contas e outros procedimentos do aldeamento rendiam-no inútil, imobilizado nas horas de necessidade, sem que cumprissem com sua função original de contenção dos índios e proteção contra suas investidas.

⁴³BOLETIM DO ISNTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba/PR, vol. 37, 1980, pg. 61.

Durante uma expedição de ronda, a fim de encontrar e evitar que outros roubos acontecessem, Lopes, em correspondência ao Presidente da Província afirma que é devido à fome que os índios roubam, e pede que mais recursos sejam enviados para que possa salvar e catequizar esta gente pobre.

As requisições monetárias e a continuidade nos problemas com os índios Xokleng fez com que fosse instaurada uma sindicância para averiguar a situação do aldeamento e de sua administração. Após constatar a grande desordem em que se encontrava fisicamente o aldeamento, e monetariamente também, o escriturário enviado para realizar a vistoria sugere que o governo encerre as atividades e o financiamento ao aldeamento, encerrando suas atividades em 1877. Em seguida ao fechamento de Papanduva, as invasões e assaltos se intensificaram na região. Muitos pedidos foram feitos pela população para que o governo provincial desse solução definitiva ao assédio indígena. Mediante a inação do estado, particulares tomaram para si a responsabilidade da proteção e criaram expedições punitivas particulares, resultando em matança indiscriminada de indígenas, quase os levando a extinção. Os remanescentes dos botocudos encontram-se hoje no posto indígena de Ibirama.

O autor conclui dizendo ainda que a extinção do aldeamento do Papanduva influenciou negativamente durante as disputas de fronteira entre Santa Catarina e Paraná. Wachoowicz afirma ainda que se levado adiante, o Papanduva poderia ter servido de argumentação para a manutenção das fronteiras do estado do Paraná, porém com a sua dissolução não foi isso que ocorreu.

Neste artigo podemos perceber um conflito entre o projeto do colonizador europeu e do modo de vida do nativo americano. O estabelecimento nas terras indígenas da via comercial justificaria a criação de um aldeamento e de todo um aparato visando coagir os indígenas, habitantes daquelas terras há muito tempo, a serem complacentes com o que estava sendo estabelecido e desenvolvido ali? Em nossa análise o autor e outros já analisados não consideram esta inversão. Esse artigo, baseado nas fontes escritas sobre esta situação crítica no encontro e na relação entre o colonizador e o autóctone, não abre espaço para se pensar o lado do outro.

Sendo essa alteridade ignorada e as motivações para as ações indígenas justificadas devido “o atraso” dessa população em relação a outros grupos indígenas, os botocudos eram “tenazes e arredios”. Essas afirmações colaboram para a formação do entendimento acerca do discurso sobre o indígena.

O Boletim do ano seguinte, 1981 de número XXXVIII (38) e o boletim do ano de 1986, volume XLIV (44) são dedicados exclusivamente às questões indígenas.

Dentre a produção de artigos e sua compilação nos volumes do Boletim do IGHPR devemos destacar esses dois tomos temáticos que tratam, em maior ou menor grau, do tema indígena paranaense. O volume 38 trata-se de uma edição especial chamada “Os índios Heta”, realizada com a colaboração da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e da *The American Museum of Natural History*, apresentando a tradução do ensaio produzido por Vladimir Kozák, David Baxter, Laila Williamson e Robert L. Caneiro “Os Índios Héta: Peixe em Lagoa Seca”, publicado originalmente em inglês, na revista *Anthropological Papers of The American Museum of Natural History, New York*, no ano de 1979, ano de falecimento de Kosák, traduzido por Edilberto Trevisan.⁴⁴ Presentes no mesmo volume 38 estão dois artigos relacionados ao trabalho principal, chamados: “Um microcosmo musical: cantos dos índios Heta”, de autoria de Desidério Ceytai; temos também o artigo “Libânio Iguajurú: nobre figura indígena na história do Paraná”, de autoria do Frei Emílio da Cavasso.

O segundo volume especial acerca dos indígenas é o volume 44, tendo como título “Caingângues –Gente do Mato”. Esta publicação é inteiramente dedicada à publicação do estudo etnolinguístico produzido pelo médico e professor Edwino Donato Tempski, cujo título é “Caingângues – Gente do Mato – Historiografia, etnografia, gramática, vocabulário e exercícios linguísticos”. Pesquisa realizada entre os índios do médio Rio Uruguai, entre os anos de 1978 a 1985. Com 383 páginas esse volume traz “elementos historiográficos sobre a evolução, através do tempo e do espaço, dos índios caingangues no

⁴⁴ Idem, Pg. 5.

Brasil Meridional, e, mais especificamente, em território paranaense”⁴⁵, elementos etnográficos e informações acerca das práticas, tradições e costumes entre os caingangues e noções gramaticais elementares, acompanhados de muitos exercícios e exemplificações.

Os dois volumes são exemplares raros de dossiês dedicados a um único tema, tipo de publicação mais comum na “Estante Paranista”, do IHGPR. As importantes referências para esses trabalhos, um com a figura de Vladimir Kosák e o outro com a conclusão e publicação dos resultados da longa pesquisa do Professor Edwino Donato Tempski parecem nos apresentar a justificativa para a produção de volumes tão singulares.

A análise dos conteúdos destes dois volumes, muito apropriada no contexto e para os fins deste trabalho, não serão possíveis, devido ao grande volume de análise que os artigos avulsos estão gerando e iram gerar. Reservamos então estes dois exemplares para o desenvolvimento de futuros trabalhos, e também como sugestão de pesquisa, tanto relacionadas ao desenvolvimento do discurso dentro da instituição quanto de forma isolada, a fim de se pensar essas publicações como marcas importantes na produção de seus autores, inclusive sendo o último trabalho de Kosák.

Finalizando este capítulo temos textos mais contemporâneos, publicados durante a primeira década dos anos 2000. Parte do Volume LV (55), publicado no ano de 2004 temos o artigo “Os mitos do Eldorado, Ivimarae’i, Paititi e Paiquerê”, de autoria de Francisco Filipak, membro da Academia Paranaense de Letras e associado do IGHPR.

Em seu texto, Filipak trata dos mitos. O mito, definido pelo filósofo italiano, é a aspiração do intangível ou o contraditório dos critérios do senso comum. O dicionário Aulete define mito como uma coisa que não tem existência real, uma quimera ou utopia. A definição dada pelo autor que mais se encaixa na sua análise é o mito se referindo a um local imaginário, como os mitos de Eldorado, Ivimarae’í, Paititi e Paiquere.

⁴⁵ BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba/PR, vol. 44, 1986, Pg. 8.

O Eldorado perseguido por americanos e espanhóis, a cidade feita de ouro, com riquezas que todos desejariam. Antes da chegada dos espanhóis era sonhado pelos guaranis. Após a vinda do branco passou a ser buscado de forma sistemática no continente sul-americano. O autor afirma que o Eldorado se materializou em muitos lugares do mundo concreto, seja através de movimentos econômicos ou ciclos produtivos, como o café, o ouro e hoje em dia, argumenta o autor, fora do país, com as pessoas buscando empregos em países desenvolvidos para poderem formar economias para a velhice.

Os lugares fantásticos como o Ivimini, que simboliza a fonte da juventude localizada no Caribe; o Paititi, mundo fantástico e maravilhoso localizado na bacia do Rio da Prata e o Ivimarae'í, a terra sem males. Todos estes locais perseguidos pelos indígenas através do continente, inspirando várias gerações a buscarem essas localidades. O último citado pelo autor são os campos do Paiquerê, palavra caingangue que significa o Campo do Senhor. Este local deveria estar localizado numa região maravilhosa constituído de campos verdejantes. O autor cita as visões de Romário Martins sobre esse campo no qual havia abundancia de animais, tendo a glória eterna nesta fartura. O Paiquerê é o nosso paraíso terrestre, como a felicidade: estava em toda parte e em parte alguma.

O segundo artigo dos anos 2000 é de Guy Mourão, chamado “As reduções de Santa Maria e a imprensa missioneira Jesuítica-Guarani”. Publicado no Boletim LVIII (58) no ano de 2007 é o último artigo a ser trabalhado neste capítulo. O autor se vincula ao IHGPR, sem mais detalhes sobre ele.

Em seu artigo Guy Mourão aborda a criação de uma imprensa missioneira jesuítica-guarani na Redução de Santa Maria del Iguazu, no Guairá durante o século XVII. Primeiramente o autor trata da formação dessas reduções jesuíticas. Que formadas no território do futuro Paraná e onde temos a fronteira atual entre Paraguai e o Brasil. O risco de invasões bandeirantes motivaram o êxodo de algumas reduções recuando suas formações mais ao sul, adentrando o território espanhol na época.

O surgimento da imprensa em algumas das Reduções Jesuíticas Guaranis representam os desejos dos missionários desde o início do séc. XVII. Serão atendidos apenas na virada do XVII para o século XVIII, quando, por iniciativa do Pe. Juan Bautista Neumann, com a colaboração de Pe. José Serrano, montam a impressora com recursos locais, mandando fundir os tipos necessários a edições em castelhano e/ou em guarani, utilizando, porém, papel europeu. Desta imprensa saíram muitas publicações, formado bibliotecas bilíngues, em espanhol e guarani, enormes. Com a expulsão dos jesuítas em 1768, esse acervo cultural foi disperso, muito dele perdido. Algumas obras sobraram e chegaram até os dias de hoje, porém muito foi queimado e perdido para sempre, especialmente o material editado em língua guarani.

Apesar de ser um fato importante da história da imprensa, o autor destaca que essa experiência jesuítica não foi pioneira, sendo a primeira imprensa instalada na América localizada no México, com sua primeira publicação datada de 1535, e impressoras instaladas durante o séc. XVI no Peru. No Brasil-colônia algumas tentativas foram feitas de criação dessas imprensas, porém reprimidas pelo governo português. Um fato curioso destacado pelo autor foi o erro do Padre Gay ao creditar a instalação da imprensa em uma redução no território paranaense, levando Romário Martins a concluir que a imprensa americana nascia no estado. Porém a confusão de Pe. Gay levou a essa conclusão errônea de Martins.

É claro nesses artigos mais contemporâneos uma visão diferenciada sobre o indígena. Quase mágico e desvairado por um lado e do outro, parte da formação de uma área tão relevante quanto à imprensa, não que o autor tenha diretamente creditado a eles essa realização, porém é necessário destacar a importância que esses indígenas tinham, ao ter impressos livros em sua língua materna. Sobre os mitos é perceptível a associação que o autor realiza entre eles e a ilusão, relacionando essas formações às alucinações das quais os indígenas participavam de bom grado, partindo por várias gerações em busca desses locais mitológicos. Esse tipo de artigo propõe uma temática diferente da analisada até o momento e gera, conseqüentemente, uma análise diferenciada sobre o tema indígena.

Tendo considerado o exposto sobre esses artigos finalizamos esta parte da pesquisa e passamos as conclusões e análises sobre o que foi discutido e abordado neste trabalho.

Conclusões

Tendo como base a discussão acerca dos espaços de produção intelectual, os institutos históricos e o seu papel na elaboração de uma identidade nacional, no âmbito mais geral do Estado brasileiro com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e no âmbito mais regional, com os institutos históricos espalhados pelo Brasil. Especificamente o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

As discussões baseadas nas ideias de Lilia Moritz Schwarcz e na dissertação de Larissa Rosevics nos levam a perceber como se construiu, dentro desses ambientes intelectuais, a formação de uma narrativa histórica, esta que visava legitimar a organização política brasileira, agora independente da metrópole portuguesa, tendo a necessidade, premente no século XIX no Brasil e outros países, de se afirmarem como Estados-Nação. Para tal, foi instrumental a criação dessas agremiações de cunho histórico, baseados em instituições semelhantes encontradas no continente europeu. A partir disso o problema da identidade nacional poderia ser trabalhado de maneira mais direta e contundente, tendo um grupo seletivo de intelectuais, muitos deles provenientes das elites intelectuais ainda formadas em universidades europeias, para gerir e comandar os trabalhos do IHGB. Sob a égide imperial, contando com o patrocínio e proteção do imperador Pedro II, o Instituto Nacional realizava estudos e delineava projetos para definir o Brasil, sua identidade e quem formava a população brasileira, e mais ainda, quem ajudou a concretizar a formação presente naquela época.

O estudo de *Von Martius*, ganhador do concurso para elaboração de uma história do Brasil, é seminal na efetivação do projeto de elaboração da identidade nacional, sendo a partir da tese das “três raças” que se formará um discurso legitimador da formulação nacional. Destacam-se os aspectos concomitantes a escolha dessa tese como símbolo para a identidade nacional: primeiramente a ideia de concórdia entre as “três raças”, que na visão do estudioso prussiano, se integraram e desta maneira formaram o homem brasileiro. Entretanto, há nessa análise uma hierarquização, dada no trabalho original de Von Martius, classificando e ordenando em grandezas de

importância diferentes estas populações. Em segundo lugar podemos questionar a homogeneidade dessas “raças”, afinal nem todos os “brancos” existentes no Brasil tinham origens iguais, e, portanto, costumes e tradições iguais. No caso indígena essa heterogeneidade é ainda mais difícil de ignorar, afinal os índios *a priori* já não constituem uma unidade, são divididos naturalmente em nações, cada qual com suas próprias práticas e inclusive línguas distintas. O processo de dominação, exploração e aculturação desses indivíduos, levado a cabo durante o período colonial, e também século XIX adentro, já colocam em dúvida essa elaboração. Podemos questionar ainda também a participação do negro nessa formação, subordinado aos outros dois elementos, sendo o mais baixo componente da formação do brasileiro, componente este que deveria ser extirpado na opinião de alguns estudiosos do próprio IHGB. Porém, novamente temos um conflito com a realidade, afinal como o elemento negro poderia ser o menos importante na formação do brasileiro se eles davam conta de mais de 50% da população em fins do século XIX, estando presente em números muito maiores do que brancos em algumas localidades do país ainda nesta época.

Sendo assim, podemos perceber algumas inconsistências no projeto de identidade nacional formulado pelo IHGB, entretanto a maior falha desta formulação seja sua falta de especificidade, tratando como iguais as várias partes do grande território brasileiro. A partir dessa incongruência no processo identitário, podemos ver o aparecimento de tentativas locais de definição desta identidade, e também contribuições para a formulação nacional da história e tradições comuns. Podemos perceber através da análise da criação dos grêmios científicos de Pernambuco e de São Paulo. Schwarcz nos mostra que essas duas agremiações contribuía com o esforço do IHGB para a formulação nacional dessa identidade, porém seus esforços se concentravam de maneira mais específica na solidificação de uma perspectiva de história, e conseqüentemente de identidade, regional, traçando, em seus respectivos espaços, reconstituições do processo de formação daquelas regiões e o papel que tiveram dentro do contexto mais geral do desenvolvimento do Reino e posteriormente país. A autora afirma ainda que as formulações regionais de história guardavam também uma relação íntima com o estabelecimento dos

poderes locais, traçando suas trajetórias na história regional, nas quais recebiam destaque, por serem relevantes e participantes do processo histórico de formação dessas localidades, mas também por serem eles mesmos elaborando essas análises dentro das agremiações científicas, principalmente no caso do Instituto histórico de São Paulo, realizando a construção de uma nova visão histórica, na qual a província, e posteriormente estado, seria a principal responsável pelo desenvolvimento econômico, político e social brasileiro. Resultando no mito da locomotiva do Brasil. Esse tipo de interpretação regionalista se faz comum nessas elaborações locais da história. Acontecendo também no grêmio carioca, que tomava a região do Rio de Janeiro como base para o desenvolvimento nacional.

No contexto paranaense podemos perceber um movimento semelhante de construção de uma identidade regional que disputa com a formulação nacional de nação. Não afirmamos que havia um antagonismo, ou um projeto de suplantação do projeto nacional, Larissa Rosevics destaca, como vimos, o processo de caráter complementar para essa formulação da identidade no interior do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Coligado com a estética Paranista⁴⁶, a forma pela qual se delineia a identidade paranaense é através da afirmação das particularidades do estado frente ao resto do Brasil. Sua produção agrícola e importância no panorama político dos estados do Sul, demonstrado em sua história através das movimentações políticas, como a participação do estado na Revolução Federalista. Sendo assim, haveria uma necessidade premente de reforçar essa identificação e força histórica da região. Para tal foram utilizados, de maneira semelhante ao IHGB e a seus congêneres, as elaborações realizadas no interior do IHGPR. De forma geral, o discurso produzido dentro destas instituições encontra divulgação de três formas: através dos próprios intelectuais, palestrando e promovendo trocas com outros estudiosos e apresentando suas pesquisas em seminários e congressos realizados; através de representações culturais, método muito utilizado para a divulgação de concepções científicas e historiográficas é vinculá-las a algum produto cultural, atingindo o grande público e dando visibilidade aquela formulação específica. Identificamos também a publicação

⁴⁶ Rosevics, pg. 7.

de periódicos, contendo pesquisas e relatórios relevantes para a ciência que, através das publicações, chegaram até um público bem mais distante e variado, promovendo e dando crédito a essas produções, afinal estas estarão sujeitas, teoricamente, a apreciação de mais intelectuais.

Baseado nesse contexto de busca e solidificação identitária, no âmbito nacional e regional, passamos agora as conclusões sobre a análise dos artigos elencados e apresentados no capítulo 3 deste trabalho.

De modo geral, percebem-se grandes variações no discurso acerca dos indígenas no decorrer dos anos e publicações. Mudanças de ordem política na direção da instituição podem ter afetado a organização e distribuição desses artigos ao longo do tempo, pois há uma concentração durante a década de 1980. Foi inclusive neste período que se publica os dois volumes especiais, dedicados exclusivamente ao tema dos indígenas. Prática, como dito anteriormente, pouco usual, que apareceu apenas duas vezes antes das publicações sobre os indígenas, no boletim especial número XIV (14) sobre imigrantes poloneses no Paraná, publicado em 1972. O boletim XIX (19) comemorativo do Centenário da Estrada da Graciosa (1873-1973), do ano de 1973. Há também o boletim especial em homenagem ao sesquicentenário da Emancipação Política do Paraná, de número LIV (54), publicado no ano de 2003. Durante a década de 1970 os artigos publicados sobre o assunto foram bem esparsos, os primeiros artigos foram publicados no ano de 1970 e 1971, voltando a aparecer no fim da década em 1979. Os dois últimos artigos selecionados são da primeira década dos anos 2000, no ano de 2004 e 2007.

Durante o recorte temporal no qual este trabalho está inserido, foi computado, a partir da lista constante no Boletim de número LXI (61), um total de 1066 artigos publicados nos periódicos do Instituto. A partir do critério temático selecionou-se 8 artigos, que tinham como tema principal o índio, e os dois boletins especiais também voltados para as discussões sobre os indígenas. Podemos considerar então que a tese levantada por Schwarcz, sobre a sub-representação do indígena das formulações identitárias elaboradas pelo IHGB e a hipótese de Larissa Rosevics que essa pouca representatividade se mostraria também nos boletins do IHGPR é de fato comprovada, afinal dentro deste universo documental muito extenso, abrangendo 98 anos de

produção intelectual desse grêmio, pequena parte foi dedicada à análise e estudo dos autóctones. Da mesma maneira podemos perceber outras faltas e silêncios dentro da publicação. Utilizando o mesmo método de triagem para a identificação dos artigos publicados, foi possível identificar apenas 2 artigos cujo tema principal fosse o escravo. Análises pormenorizadas sobre o assunto não foram realizadas, porém ter apenas esses dois artigos publicados revelam que o tema da escravidão não era visto como relevante o suficiente para que os intelectuais da agremiação escrevessem sobre o assunto, analisando-o sob a ótica da ciência, a qual eles pretendiam representar.

De maneira contrária a esses dois temas periféricos dentro da publicação, temos assuntos mais relevantes e que figuram bem mais na produção vinculada ao IGHPR. Temos o tema da imigração ou dos imigrantes que se assentaram no estado do Paraná, 22 artigos foram dedicados a eles, sem preferência a uma etnia específica, tratando, a partir de uma análise superficial, sobre populações migratórias diversas. Entretanto a maior presença nos boletins é, sem dúvidas, os artigos dedicados a personalidades e vultos de importância para o estado e para a Cidade de Curitiba, capital do estado e sede do IHGPR. Pode-se especular que essa diferença tenha íntima ligação com a formação e composição do Instituto. As concepções sobre grandes personagens da história, exemplos a serem seguidos, guias para ensinar e admoestar as gerações futuras parecem estar correntes, inclusive nos dias atuais, cumprindo parte das disposições do primeiro estatuto do IHGPR que versava sobre a criação de uma galeria para os grandes vultos e personagens da História do Paraná, como indicou Rosevics em sua dissertação.

Esse aspecto mostra a relevância de uma concepção sobre a disciplina histórica muito ligada a conjunturas e fatores intelectuais identificados, e desenvolvidos durante o século XIX, afinal o caráter científico, baseando as pesquisas históricas em fontes oficiais, relatos abonados como verdade devido a sua vinculação governamental, a preocupação em embasar nesse tipo de vestígio documental a análises desenvolvidas e a posição de intelectualidade, que presumia no séc. XIX muita erudição por parte do estudioso também transparece nos artigos através das citações e referências utilizadas em seus textos.

Da mesma maneira pode-se retirar algumas conclusões da análise e das relações traçadas pelos autores para com o seu objeto de pesquisa e problematização. Identifica-se o índio de várias maneiras, as principais são como membro secundário da sociedade colonial, visto como incivilizado e relacionado em mais de um artigo a violência e destruição, este indígena deve ser tratado como problema policial, a ser “resolvido” através da repressão. Esta repressão é cristalizada na forma dos aldeamentos, locais, que apesar de terem uma origem pautada em projetos de civilização e catequização, serviam na prática como uma escola na qual o índio seria homogeneizado, amansado e posteriormente explorado como mão de obra nas empresas do homem branco, seja fazendo parte da exploração da fronteira colonial ou como jornaleiro nos ambientes produtivos, geralmente controlados pelo branco europeu.

Em alguns dos textos analisados é perceptível o aceite do elemento indígena como parte integrante e formadora do homem paranaense e do cidadão brasileiro. Entretanto, novamente, é retratado como figura secundária, subordinada ao elemento branco europeu, o índio é relegado a base da miscigenação racial, formando, de maneira geral, o caboclo ou caipira, elemento interiorano de posição secundária também dentro da sociedade “civilizada”.

Outras interpretações acerca do índio conferem a ele algumas características de viés negativo como a ira, a violência e a estupidez, estes que seriam o empecilho maior para a civilização e catequização desse povo, ou seja, suas paixões selvagens. Há também atribuído a ele a ingenuidade, inocência e a incapacidade, por conseguinte, reafirmando a inabilidade do indígena se manter de forma autônoma dentro da nova organização social que se formava, necessitando de um tutor ou local no qual houvesse uma guia ou comando sobre eles, nesse caso os aldeamentos.

Algumas posições que defendem o elemento indígena de algumas dessas características, encaradas como sendo resultado da má ação de pessoas contra os índios, acabam por vitimizar de maneira extrema o silvícola, transformando-o em um coitado, que acaba retornando ao argumento da tutoria, necessidade fundamental para que o índio possa agir.

Dessa forma concluímos nossa análise sobre os artigos selecionados, porém é certo que o assunto não se encontra esgotado. É possível que a metodologia de triagem e seleção dos artigos seja falha, e outros escritos tenham se perdido. Dois boletins inteiros dedicados aos indígenas permanecem sem uma análise mais pormenorizada, sendo pontos de partida muito interessantes para uma nova pesquisa ou continuidade desta mesma.

É salutar lembrar também das poucas pesquisas e análises desenvolvidas sobre essas fontes, sendo uma oportunidade ótima para a realização de algumas investigações acerca de temas ligados a História do Paraná, através de um interlocutor pouco explorado dentro do ambiente acadêmico. Vale, então, conferir os documentos disponíveis na sede do Instituto e outras fontes relacionadas. Sendo assim, é importante que se dê continuidade a essas investigações, afinal a situação do indígena brasileiro é de ameaça a suas terras ancestrais e grande descaso tanto da sociedade quanto do governo. Fica a cargo da educação, em todas as suas instâncias, realizar o questionamento da questão indígena e mostrar aos estudantes a importância do tema e dessas pessoas para o país, seja através da História ou das outras representações importantes na qual o elemento indígena figura.

*Acabou chorare/
/no meio do mundo/
/Respirei eu fundo,
foi-se tudo pra escanteio/
/Vi o sapo na lagoa,
entre nessa que é boa/
(...)*

“Acabou chorare” – Novos Baianos.

Referências Bibliográficas

BARBATO, Luis Fernando Tosta. O indígena nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: entre o problema e a solução (1839-1845). Revista Espacialidades, Natal, v. 6, n. 5, p.6-17, 2013.

COELHO, Geraldo M. História e ideologia: o IHGB e a República (1889-1891). Belém: Universidade Federal do Pará, 1981.

GOMES, Angela de Castro. A República, a História e o IHGB. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

HOBBSAWM, Eric J. A Invenção das Tradições. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

ROSEVICS, Larissa. O Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e a Construção de um imaginário regional. 2009. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Fontes:

BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARANAENSE. Curitiba/Pr, v. 1, 1900.

BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba/PR, vol. 12, 1970.

BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba/PR, vol. 13, 1970.

BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba/PR, vol. 36, 1979.

BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba/PR, vol. 37, 1980.

BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba/PR, vol. 38, 1981.

BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba/PR, vol. 44, 1986.

BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba/Pr, vol. 55, 2004.

BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba/Pr, vol. 58, 2007.

BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba/Pr, vol. 61, 2010.